

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO, Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS, Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO, Vice-Presidente Executivo

WALTER FONTOURA, Diretor

MAURO GUIMARÃES, Vice-Presidente

J. B. LEMOS, Editor

monet
monet

Prerrogativa Indesejável

Congresso

ENTRE as prerrogativas que precisam ser devolvidas ao Congresso, há uma que ele próprio deverá recusar em nome de sua própria respeitabilidade: a de voltar a elaborar o Orçamento da União. É exatíssimo que em matéria orçamentária há uma reforma profunda a fazer, esta em nome dos princípios que orientam a administração moderna e em nome da respeitabilidade do próprio Governo.

São duas coisas que se devem separar friamente, fora do passionalismo que por vezes prejudica até a colaboração que os dois Poderes podem oferecer um ao outro para que ambos prestem ao país o serviço que de ambos esperam os cidadãos. Nas conversas, exploratórias que começam a aproximar certos grupos parlamentares, principalmente na Câmara, falou-se há pouco na unificação dos orçamentos da União. É sem dúvida uma necessidade que as próprias autoridades mais altas da República proclamam com certa frequência, na medida em que sentem fugir de suas mãos o controle efetivo dos recursos que em tese a elas compete gerir e aplicar da melhor maneira, segundo a observância rigorosa do princípio da legalidade.

Unificar os orçamentos, de modo a possibilitar o controle externo como interno da execução de um todo que se divide atualmente em três espécies praticamente autônomas, deve ser uma exigência a ser feita pelo Congresso. É ao Congresso que cabe fiscalizar a administração financeira e orçamentária, cabendo-lhe, portanto, exigir que se estabeleça em nível de norma constitucional aquilo a que se pode chamar **verdade orçamentária**.

Essa verdade continua a ser facilmente escamoteável, mesmo depois que se estendeu às entidades da

administração indireta o olho fiscalizador das Câmaras legislativas. A fiscalização continua tão precária, em seu caráter formal, tanto quanto impenetrável se mantém a realidade orçamentária da República. O orçamento das estatais, se vistos em conjunto, configuraria o somatório dos recursos oriundos da carga tributária imposta a outro país das mesmas dimensões do Brasil.

É preciso sem dúvida continuar a reclamar contra essa deformação resultante de outra que é a centralização, de um lado, e de outro a tendência para a estatização crescente das atividades industriais e econômicas.

Nada disto, entretanto, aconselha a que se devolva ao Congresso neste final de século o que, já no começo, constituía uma das pedras de toque e de escândalo da crise que colocava o Executivo e o Legislativo em posições extremadas. Somente em 1926 a energia do Presidente Bernardes conseguiu dar, por via de uma reforma constitucional, alguma disciplina à elaboração do Orçamento, reduzindo o poder que tinham os parlamentares de fazer as famosas **caudas** que desfiguravam a chamada lei de meios e inviabilizavam a administração.

Os homens mais esclarecidos do Congresso devem alertar seus companheiros de bancada e de Casa para o que representaria um retorno ao caos orçamentário, do ponto-de-vista da vulnerabilidade de uma instituição que busca, ao contrário, firmar-se entre os Poderes da República para aumentar — isto sim — sua capacidade política e técnica de fiscalizar o Governo e de lhe exigir contas exatas e espelhadoras de uma administração racionalmente voltada para o interesse geral do país.